65. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) reforçam a necessidade de garantir condições efetivas de acesso e participação das pessoas com deficiência nas práticas esportivas. Entretanto, em determinado município, foi construído um centro esportivo público de alto padrão, mas sem vestiários acessíveis, sinalização adequada, equipamentos adaptados ou programas específicos para pessoas com deficiência. A prefeitura argumentou que a obra cumpriu seu papel ao disponibilizar o espaço à população em geral. Com base nos princípios da inclusão social, é correto afirmar que

A) a prefeitura cumpriu plenamente sua função, pois a simples oferta do espaço esportivo garante igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.
B) o esporte adaptado, por possuir características específicas, deve ser ofertado separadamente das políticas públicas universais de esporte, sem prejuízo desses princípios.
C) essa situação caracteriza violação do direito ao esporte inclusivo, pois a garantia legal não se limita ao acesso formal ao espaço esportivo, exigindo condições reais de participação, acessibilidade e igualdade de oportunidades.
D) a promoção do esporte para pessoas com deficiência é responsabilidade exclusiva de entidades privadas e organizações do terceiro setor, não constituindo dever prioritário do poder público.

Assunto: Sociedade

A inclusão deve garantir que haja a oferta e a condição de participação das pessoas com deficiência, Assim, somente a entrega de um polo esportivo ou qualquer outro material sem que sejam fornecidas condições de acesso a esses estão violando as leis citadas.

Item: C